

# Dessas galinhas brancas, de granja - Ciência, técnica e conhecimento local nos equívocos da criação de animais entre os Karitiana (RO)\*<sup>1</sup>

*Those white and farmed poultry: science, technique and local knowledge in the misunderstandings in animal husbandry among the Karitiana (Rondônia)*

**Felipe Ferreira Vander Velden\*<sup>1</sup>**

**Palavras-chave:**

Criação animal;  
Ciência;  
Técnicos;  
Karitiana;  
Galinhas.

**Resumo:** Através da descrição etnográfica – e, na medida do possível, multiespecífica – de uma série de controvérsias em torno de um extinto projeto de criação de galinhas de raça entre os Karitiana, povo indígena no estado de Rondônia, este artigo aponta para a necessidade de, nas investigações antropológicas em torno das interações (e descompassos) entre saberes tecnocientíficos e conhecimentos locais, atentar-se para o que sabem técnicos e agentes de campo. Estes personagens é que, muitas vezes, são quem efetivamente opera – não sem traduções e recriações – o trânsito entre ciência moderna e ciência nativa. Tais atores possuem sua bagagem própria de conhecimentos sobre as coisas do mundo, incluindo seus modos de tratamento dos animais, e são estes saberes – muito mais do que o conhecimento proveniente dos laboratórios – que dialogam com os saberes indígenas nas práticas produtivas locais.

---

<sup>1</sup> Recebido em 23/02/2015, aceito para publicação em 22/08/2015. Versão anterior deste trabalho foi apresentada na mesa “Humanos e não-humanos: linhas, devires e simetrizações”, realizada no âmbito da IV Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia (ReACT) que ocorreu em setembro de 2013, em Campinas/SP. Agradeço à Daniela Manica pelo convite para a participação na mesa, à Nádia Farage pelos comentários na ocasião, e à Eliana Creado pelo estímulo à publicação. Os dados aqui discutidos baseiam-se em um total de 14 meses de pesquisa de campo, distribuídos entre 2003 e 2015.

\*<sup>1</sup> Professor da Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Ciências Sociais, Doutor em Antropologia Social. Agências de Fomento: CAPES, PPGAS/Unicamp.

**Keywords:**  
Animal husbandry;  
Science;  
Technicians;  
Karitiana;  
Chickens.

**Abstract:** *Through ethnographic description - and, as far as possible, a multispecies ethnography - of a lot of controversy around a (failed) project to raise chickens among the Karitiana, an indigenous people in the state of Rondônia, this article points to the requirement, in those anthropological investigations into the interactions (and lags) between techno-scientific knowledge and local knowledge, to pay attention to the specificities of technicians' and field agents' knowledge. These characters are often who actually operates - not without their own translations and recreations - the transits between modern science and indigenous knowledge in the field. These actors have their own body of knowledge about the things of the world, including modes of treatment of animals, and it is this knowledge - much more than the science from the laboratory - that dialogues with indigenous knowledge in local production practices.*

Em um artigo que busca mapear recentes mudanças no indigenismo brasileiro, Bruce Albert (2000) apontou que a preocupação principal da agenda de organizações governamentais ou não governamentais, voltadas para as questões indígenas passou da demarcação de terras para sua sustentabilidade econômica e ambiental: o acesso aos territórios e garantias constitucionais na década de 90 levou ao aumento das preocupações com a gestão, o manejo e a proteção das terras indígenas. Uma das consequências diretas desta mudança de rumos (consequência, talvez, ainda não avaliada em suas devidas proporções) é o incremento da aplicação de um cardápio diversificado de conhecimentos tecnocientíficos - de disciplinas tão díspares como a ecologia, a biologia, a pedologia, a hidrologia, a zootecnia, a agronomia, a economia, a geografia, entre várias outras - que possam ajudar na garantia da viabilidade dos territórios e das populações indígenas hoje e no futuro ou, em jargão indigenista, que venham a auxiliar no cumprimento da função de sustentar "a reprodução física e cultural", a longo prazo, dessas comunidades. Enfim: uma vez regularizadas boa parte das situações fundiárias indígenas no Brasil, passou-se a buscar modos de "tornar os territórios indígenas viáveis economicamente e sustentáveis ambientalmente" (LITTLE, 2010, p. 256).

Tal circulação de saberes técnicos e científicos em aldeias indígenas não é, evidentemente, nova, e tampouco inéditas são as constatações das dificuldades encontradas no diálogo entre pesquisadores indígenas e não indígenas. Este artigo destina-se a investigar, a partir de um evento etnográfico específico, alguns dos impasses, descompassos e desvios envolvidos em um projeto de implantação da criação sistemática de animais entre os índios Karitiana, no norte do estado de Rondônia<sup>2</sup>. Este trabalho, portanto, reflete sobre o encontro entre a ciência da

---

2 Os Karitiana são aproximadamente 350 indivíduos, habitando cinco aldeias, três no interior da Terra Indígena Karitiana (demarcada e homologada) e duas fora dela. Falam uma língua do tronco Tupi, família Arikém. Meu trabalho de campo concentrou-se na aldeia Kyõwã, a maior,

criação animal – dispersa em áreas do conhecimento como a zootecnia, a agronomia, a biologia e a veterinária – e os conhecimentos dos Karitiana acerca dos animais e das práticas apropriadas de convivência com eles. Aliás, e dito de uma outra forma, trata-se de seguir, aqui, atores: abordar os contatos e os diálogos entre os técnicos destacados para a implantação deste projeto – sua formação como técnicos (agrícolas, em sua maioria) sendo de suma importância para o argumento que desenvolverei adiante – e os sujeitos Karitiana envolvidos no projeto e/ou nele (e em seus possíveis ou potenciais desdobramentos) interessados.

O que se segue espera ser, assim, em primeiro lugar, uma breve etnografia de agentes ou atores em ação. Noto que, entre tais agentes, encontram-se humanos e galinhas, e este texto busca partilhar, ainda que de forma tímida, das recentes sugestões de Kirksey & Helmreich (2010) em torno de uma etnografia multiespecífica (*multispecies ethnography*), em que as motivações, interesses e ações de agentes humanos e não humanos são igualmente levados em conta na construção do conhecimento antropológico a partir da atenção etnográfica generalizada. No que toca aos agentes humanos, este exercício busca trazer para os encontros entre profissionais (cientistas e técnicos) e indígenas toda uma pletera ampla – virtualmente global – de atores que, ainda que não fisicamente presentes, informam e flexionam de variadas formas as conexões atuais entre indivíduos (COLLIER & ONG, 2010).

O conjunto heterogêneo de atores – índios Karitiana, pesquisadores, burocratas e técnicos da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e outros órgãos, galinhas caipiras e de granja, galinheiros, ração e demais tecnologias de criação animal, entre muitos outros, cuja conexão não é evidente, não bastando, pois, tão somente enumerá-los – que deram forma aos eventos aqui comentados devem ser, contudo, tomados analiticamente com cautela. E refiro-me, mais especificamente, aos técnicos e pesquisadores. Meu ponto aqui é sugerir que as abordagens antropológicas de que dispomos a respeito da relação entre ciência e conhecimentos tradicionais toma de barato o polo científico desta equação, ao assumir, implicitamente ou não, uma assimetria inerente ao encontro entre diferentes saberes, aqueles dos não índios (cientistas, pesquisadores, técnicos) sobrepondo-se aos conhecimentos indígenas. Assim, o exemplo de Silveira (2012, p. 17) aponta para a “ciência” dos cientistas em contato com os “saberes” indígenas:

“Essas iniciativas [de colaboração entre pesquisadores e comunidades tradicionais e indígenas na Amazônia brasileira] possuem em comum a proposta de estabelecimento de um “diálogo” entre a perspectiva científica e os chamados saberes tradicionais”.

O que eu espero defender neste curto ensaio é que, ainda que cientistas e pesquisadores – e seus saberes altamente especializados, sistematizados, hierarquizados e prestigiosos que chamamos pelo nome de ciência (moderna) ou, como faz Silveira, de “perspectiva científica” – estejam muitas vezes, de fato,

---

mais populosa e mais antiga aldeia Karitiana (ver VANDER VELDEN, 2012a, para mais informações).

envolvidos em projetos voltados para populações indígenas, no mais das vezes o que temos em campo são interações entre distintas formas de conhecimentos tradicionais: aqueles dos índios, naturalmente, em diálogo com os conhecimentos aplicados de técnicos e práticos não indígenas, funcionários de órgãos governamentais ou instituições privadas que estão “nas pontas” (como se diz, na FUNAI, dos funcionários lotados em locais distantes da sede do órgão em Brasília). O que é aprendido na escola técnica, e em livros, manuais, palestras e na experiência prática com a criação animal, retirado da história de vida desses agentes (muitos deles de origens rurais) e de seus anos com a experimentação junto aos índios, suas práticas produtivas e as condições naturais de suas terras – tais saberes acabam por orientar, em muitos casos, a aplicação de conhecimentos não indígenas nas aldeias, uma vez que a ciência propriamente dita permanece, por assim dizer, em Brasília (ou no Rio de Janeiro...), com os cientistas.

Não quero, evidentemente, sugerir que estes conhecimentos dos técnicos não sejam sistematizados e possuam plena adequação às necessidades sociais, intelectuais, práticas e simbólicas desses atores – afinal, o senso comum conforma, também ele, sistema (GEERTZ, 2001). O que quero defender aqui é que as abordagens antropológicas correntes, ao buscarem compreender encontros entre saberes (chamados, por Paul Little [2002; 2010, p. 20], de “intercientificidade”), opõem os conhecimentos tradicionais (entre eles os indígenas) à ciência moderna, sem levar em conta, no mais das vezes, a diversidade e a riqueza dos conhecimentos também tradicionais de servidores, técnicos e profissionais de campo – muitos sem formação acadêmica ou científica – que quase nunca são levados em conta, mas, pode-se argumentar, exercem impactos determinantes nos rumos e resultados dos projetos e iniciativas aplicados fora do laboratório. Nesse sentido, o avanço hegemônico da ciência opera duas vezes contra saberes tradicionais, dos índios e dos não índios em campo. A antropologia, por seu turno, não pode se furtar a tentar evitar estas duas modalidades de obliteração.

### **Projetos de criação animal em aldeias**

Segurança ou soberania alimentar, rarefação da caça e geração de renda estão entre alguns dos motivos alegados para a introdução de projetos de criação animal em aldeias indígenas. Em que pese um ranço colonial nestas iniciativas – resquício, por exemplo, das práticas das colônias indígenas do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em que as comunidades deveriam produzir e gerar renda suficiente para sua subsistência e para a manutenção dos aparatos estatais de assistência a partir da pecuária e de cultivos comerciais (SOUZA LIMA, 1995 e 2009) – eles continuam sendo apresentados como alternativa viável para os índios, ainda que se acumule uma coleção de fracassos (na pecuária bovina ver DESCOLA, 1982 e 2005, p. 33-34; BAKSH, 1995; MACDONALD, 1997; ERIKSON, 1998; RUDEL *et alli*, 2002; SCHRÖDER, 2003; INGLEZ DE SOUZA *et alli*, 2007; na suína, novamente ERIKSON, 1998, e THOMAZ DE ALMEIDA, 2001, p. 103-104; na criação de aves, CORMIER, 2003, p. 122; na criação de mariposas e borboletas para fins comerciais, GÓMEZ, 2010; ou na criação em geral, QUEIXALÓS, 1993; GUERRA, 2008, p. 157-158) que sugerem que, se há sucesso, ele é quase sempre muito relativo, e poucas vezes alcança os objetivos dos proponentes dessas atividades (LITTLE, 2010; VANDER VELDEN, 2012).

João Pacheco de Oliveira e Alfredo Wagner Berno de Almeida (1989, p. 17-18) já argumentavam, em seu estudo sobre a FUNAI, que desde 1969 a principal preocupação dos dirigentes do órgão passou a ser com a “implementação de projetos econômicos” – dentre eles a criação de gado (e de outros animais) – cuja função seria transformar a tutela em um “gerenciamento de bens” e tornar, assim, “a assistência ao índio em uma atividade autofinanciável para a burocracia estatal”. Nos últimos anos, de um modo geral, a geração de renda para garantir a autossustentabilidade das comunidades indígenas seguiu sendo prioridade, ainda que o escopo dos projetos tenha se alterado sensivelmente, agregando-se à produção o componente ambiental (após a integração do componente cultural, alguns anos antes): produzir e gerar renda que garanta a autonomia e a soberania alimentares, mas respeitando-se o meio ambiente e as formas locais de gestão e experiência deste, do mundo dito natural.

Nesse sentido – e após os múltiplos problemas criados pelos animais de criação de grande porte (gado bovino, majoritariamente) introduzidos em aldeias país afora (MELATTI, 1967; VIERTLER, 1990) – o foco desses projetos de assistência técnica e extensão rural que buscam trabalhar com criação animal tem recaído, mormente, sobre os chamados pequenos animais, especialmente galinhas (de criação semi-intensiva ou à solta, galinhas caipiras) e peixes (piscicultura), além de animais da fauna silvestre local, especialmente porcos do mato (ARAÚJO & VERDUM, 2010). Ainda assim, parte dos pressupostos que informam a criação animal – desconsiderando-se, por exemplo, que se trata de um “pacote tecnológico” (*pacote tecnológico*, cf. TURBAY, 2002, p. 102) que não envolve apenas distribuir animais, mantê-los sob vigilância e explorar seus produtos, mas também as ideologias associadas a eles e, em menor medida, as técnicas para sua administração – segue não sendo objeto de análise, ancorados que estão, penso, na suposição de que a avicultura e a piscicultura seriam soluções (auto)evidentes para os problemas alimentares e nutricionais indígenas (na Amazônia, “terra das águas”, a criação de peixes parece ser obrigatória, quase atávica). Deste modo, pouquíssima pesquisa prévia, de fato, é feita para alicerçar tais projetos: no caso das galinhas Karitiana, que discutiremos a seguir, não parece ter havido qualquer investigação a respeito dos modos indígenas de se relacionar com os animais e com a domesticidade. Daí, talvez, o fracasso – este, sim, aparentemente completo, e não relativo – da iniciativa, como veremos, que instalou um galinheiro com estranhas aves confinadas, muito diferentes daquelas criadas há décadas pelos Karitiana, e sem oferecer aos índios a capacitação técnica – com alguma, talvez, interculturalidade – necessária para dar conta do empreendimento.

### **As galinhas, e as galinhas Karitiana**

Associada a grupos humanos desde pelo menos 8.000 anos, primeiramente, acredita-se, no sul e sudeste da Ásia (SMITH & DANIEL, 1975; ZEUNER, 1963, p. 443-455), a galinha doméstica (*Gallus domesticus* Linnaeus 1758) espalhou-se rapidamente pelas terras baixas sul-americanas trazidas já pelos primeiros portugueses chegados ao continente. Ao que parece, segundo relatos coloniais, adaptou-se perfeitamente aos terreiros das aldeias e ao convívio das famílias indígenas, ainda que seu uso como alimento não pareça ter acompanhado o gosto dos portugueses por sua carne branca e seus ovos, sendo o consumo, destes

últimos, motivo de escândalo entre, por exemplo, os Tupi quinhentistas na costa brasileira (cf. VANDER VELDEN, 2012b).

Aos Karitiana nos confins do sudoeste da Amazônia estas aves domésticas foram apresentadas segundo o modelo de criação de galinhas nas regiões rurais do interior do Brasil: criadas à solta, em ambiente livre, alimentadas com milho ou quirera, mas deixadas a ciscar pelos quintais e arredores das residências – o que garante, segundo saber popular, a qualidade de sua carne –, a se acasalar segundo sua própria organização social – descrita como uma estratificação social designada “ordem social de bicadas” (CAMPOS, 2000) – e a botar seus ovos e a chocá-los em locais de sua escolha, recolhendo-se alguns ovos para consumo e outros sendo deixados para reprodução do bando em ninhadas. Estas galinhas são caracterizadas como *caipiras* ou *de capoeira*, ou *galinhas carijó* para os Karitiana, com grande variedade de tamanhos e cores da plumagem e sem raça definida, de acordo com criadores<sup>3</sup>.

Assim a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) define a criação de galinhas caipiras, a partir de critérios técnicos e com os olhos no melhoramento progressivo de uma atividade produtiva:

“Tradicionalmente, as criações domésticas de galinha caipira, praticadas nas unidades agrícolas familiares, se caracterizam pela sua forma de exploração extensiva, na qual inexistem instalações, bem como, a adoção de práticas de manejo que contemplem eficientemente os aspectos reprodutivos, nutricionais e sanitários”.<sup>4</sup>

Os Karitiana recordam-se da chegada das primeiras galinhas havidas entre eles, pelas mãos dos seringueiros que ocuparam o vale do rio Candeias na primeira metade do século XX. Antônio Paulo rememora que, galinhas, foram os seringueiros que deram aos Karitiana, “pintinhos que os índios criaram”, quando o grupo ainda vivia às margens daquele rio. Epitácio, por outro lado, relembra que os seringueiros deram “um casal de frangos” e então os Karitiana começaram a criar. O pajé Cizino, em entrevista, atribui a chegada das galinhas também ao seu avô:

“Foi meu avô também. Faz muito tempo também, as galinhas. Galinha é o seguinte: pessoal branco deu para o meu avô também, para criar, para meu avô criar, fazer chiqueiro, aprendeu a fazer chiqueiro, aí tem galinha, até hoje também existe galinha” (Cizino, aldeia do rio Candeias, junho/2009).

Essas histórias possuem detalhes contrastantes com outra, produzida como redação pelos alunos da Escola Indígena instalada em *Kyõwã*, maior e mais antiga das cinco atuais aldeias ocupadas pelos Karitiana:

“O primeiro homem branco que apareceu na aldeia dos índios se chamava João Chave[s]. Este homem que trouxe a galinha para os índios criar na

---

<sup>3</sup> “Carijó” parece se referir, formalmente, às galinhas malhadas nas cores preta e branca.

<sup>4</sup>

<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/AgriculturaFamiliar/RegiaoMeioNorteBrasil/GalinhaCaipira/index.htm> (acesso em 21/08/2014).

aldeia. Foi assim que os índios conheceram a galinha; deu nome na língua *opok ako*. O João Chave[s] trouxe a galinha para o Antônio Moraes criar na aldeia Karitiana. Assim que a galinha foi criada na aldeia Karitiana" (Walmir, Genilda, Marcos, Sarita e Valdecir, redação escrita em setembro/2006, arquivo pessoal).

As três versões – ou, talvez, descrições de três momentos distintos de chegada da ave, particularmente recordados por cada um dos sujeitos – destacam a figura do seringueiro como grande introdutor do mundo dos brancos entre os Karitiana, aí incluídos os animais domesticados.

As galinhas teriam sido rapidamente adotadas pelos Karitiana e incorporadas ao seu cotidiano: primeiro, porque parecem ter sido ofertadas, dadas para eles; segundo, porque as aves parecem ter se adaptado facilmente, talvez por viverem um tanto quanto alheias aos afazeres humanos (cf. ELLEN, 1999; LÉVI-STRAUSS, 1997[1962]), ainda que esta afirmação possa estar sujeita à contestação<sup>5</sup>; terceiro, porque os Karitiana viram nelas análogos de aves que já conheciam e caçavam, cuja carne muito apreciavam e, eventualmente, familiarizavam; daí o primeiro nome que receberam: *pomo*, palavra que designa a ave silvestre – e caça muito apreciada – chamada *nambu* (inhambu). No momento do contato, os Karitiana parecem ter identificado a galinha com os *nambus*, categoria que abriga as principais espécies de aves caçadas e comidas pelos Karitiana: "primeiro os Karitiana chamaram a galinha de **pomo**, *nambu*, pois ela é como *nambu*. Aí os velhos explicaram que não era *nambu*" (Antônio Paulo, aldeia *Kyõwã*, entrevista, setembro/2006). Talvez a pouca elaboração da memória das origens das galinhas seja devida à semelhança, segundo Antônio Paulo, percebida desde os primeiros contatos com o animal, da galinha com os *nambus*. Mas se os *nambus* eram (e são) caças privilegiadas, as galinhas logo passaram por uma reclassificação.

Se as galinhas são muitas, hoje e antigamente, esta multiplicidade parece ter sido considerada no modo como os Karitiana acabaram por denominar a nova espécie. A galinha é chamada *opok ako*, termo que os Karitiana traduzem como "os muitos do branco", e que remete, possivelmente, à quantidade desses animais que eram encontradas entre os primeiros seringueiros contatados ou à sua multiplicação depois de incorporadas ao grupo. *Ako* indica um coletivo, que Marcelo traduz por "junto, encontrar com outro, ficar junto", talvez porque "antigamente o povo via as galinhas todas juntas", o que remete ao hábito das galinhas permanecerem em bandos, especialmente quando dormem; *opok* é o termo empregado para designar os brancos, os não indígenas. Deste modo, teríamos, numa tradução aproximada, "o/aquilo que permanece junto (vive agrupado, se ajunta), dos brancos" (Diário de campo, dezembro/2006). Ou, como sugere a linguista Luciana Storto (em comunicação pessoal) *opok* (branco) *ako* (coletivo) poderia ser traduzido literalmente por "o muito do branco", ou seja, "a criação do branco"; criação, friso, em grande quantidade. Notemos que o vocabulário recolhido pelos salesianos na visita de 1958 (HUGO, 1959, II, p. 399) também registra o termo Karitiana para galinha (*poakô*, "galo"; *poakossôio*,

---

5 Mas talvez esta seja a razão para que existam tão poucos estudos antropológicos sobre as relações entre grupos humanos e pássaros (ANDERSON, 2003), exceto quanto àqueles que abordam a caça ou sistemas de classificação.

“galinha”, literalmente “esposa do galo”, expressão hoje grafada como *opok ako soj*).

Tal associação entre galinhas e multiplicidade remete, naturalmente, ao fato de que, como se verá adiante (e conforme discuti longamente em VANDER VELDEN, 2012a), os Karitiana muito raramente abatem suas galinhas, o que leva à sua multiplicação incessante: há sempre muitas galinhas nas residências de *Kyõwã*, e o fato de levarem vida livre certamente favorece sua reprodução. As galinhas são de apropriação familiar, vivendo soltas pelas casas e quintais, mas circulando por todos os lados da aldeia. Não são confinadas, ainda que pintinhos possam ser às vezes recolhidos em cestos de palha guardados no interior das casas, para que sejam desta forma protegidos e cuidadosamente alimentados.

Ainda que se espalhem ciscando por toda a aldeia durante os dias, as aves sempre se recolhem, *motu proprio*, à noite em estruturas erigidas de madeira (mais raramente incorporando telas de arame) que os Karitiana denominam de *galinheiros* e constroem geralmente ao lado ou nos fundos das casas. As aves juntam-se espontaneamente e, embora eu não tenha condições de afirmar que um mesmo bando sempre dorme junto no mesmo galinheiro familiar, parece razoável supor que cada dono Karitiana reconhece suas galinhas – porque as pessoas parecem poder identificar cada ave em particular – também em função dos grupos que observam se juntar nos seus galinheiros para passar as noites ao abrigo de intempéries e, sobretudo, de predadores noturnos tais como felinos, serpentes e gambás. As aves, de todo modo, passarão ali apenas as horas de escuridão; estão livres durante o dia, o que contrastou aos olhos Karitiana, seguramente, com as galinhas diuturnamente confinadas que por lá apareceram há alguns anos.

### **Dessas galinhas brancas, de granja**

Os Karitiana não escaparam, naturalmente, dos projetos desenhados para a introdução de animais de criatório em aldeias indígenas, e várias tentativas foram feitas desde os anos de 1980 (cf. VANDER VELDEN, 2012a). Além da contínua intenção – da parte de índios e profissionais de órgãos diversos – de introduzir ali a criação bovina, destaco a existência de um antigo projeto de criação de cabras, que redundou em fracasso – os animais morreram por terem comido plantas venenosas ou por terem sido atacados por morcegos hematófagos, ou teriam sido recolhidos pela FUNAI, segundo diferentes versões –, mas sobre o qual não disponho de informações adicionais. Há notícias de uma tentativa de introdução da criação de porcos, mas desse também não tenho dados; algumas poucas famílias Karitiana criam porcos em cercados nos seus quintais. O projeto instalado na aldeia sobre o qual existem dados confiáveis, e que é o foco deste exercício, foi o de um grande galinheiro, destinado à criação, em confinamento, de galinhas de raça – chamadas *galinhas de granja* ou *de galinheiro* pelos índios – construído na aldeia *Kyõwã*, na margem esquerda do igarapé Sapoti.

As ruínas deste velho galinheiro – uma armação de esteios de madeira telada com alambrado – ainda podiam ser vistas no terreno imediatamente atrás da escola indígena e do posto de saúde da aldeia em 2003, quando comecei minha

pesquisa<sup>6</sup>. Não consegui localizar documentos sobre a implantação da criação de galinhas confinadas, mas o então chefe do Posto Indígena Karitiana informou que o galinheiro foi construído pelo PLANAFLORO<sup>7</sup>, que, na ocasião, teria oferecido aos índios um breve curso de uma semana de treinamento em avicultura; a crer nos documentos – lacônicos – a iniciativa deve ter sido implantada no final dos anos de 1990. De acordo com o mesmo antigo chefe do posto indígena Karitiana, pelas diretrizes do projeto o galinheiro deveria ser um empreendimento comunitário. O referido servidor acrescentou que quando chegou à aldeia para ocupar o posto, no ano de 2000, o galinheiro já não estava mais em funcionamento.

Já Adilson Siqueira de Andrade, que esteve na aldeia Kyõwã em 2000, informa que os galinheiros (segundo ele, eram duas construções) foram erguidos com recursos da Coordenação da União das Nações Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas (CUNPIR), uma ONG indígena que não mais existe, e a criação das aves era destinada a “minimizar o problema da alimentação” (SIQUEIRA DE ANDRADE, 2001, p. 73). O autor, em sua dissertação de mestrado, anota, ainda, que a comunidade participou da construção dos galinheiros, e que foram adquiridas “800 galinhas brancas (granja) e galos”, mas que um acidente com o caminhão na estrada teria vitimado mais de cem destas aves (SIQUEIRA DE ANDRADE, 2001, p. 73-74).

Delgado Karitiana recorda que as galinhas do extinto galinheiro comunitário eram “galinhas brancas, diferentes das que se criam em casa”, estabelecendo certa distinção entre as aves dos terreiros e aquelas introduzidas pelo projeto do PLANAFLORO, que eram, como ele diz, “aves de raça”. Note-se que a grande maioria das galinhas soltas pela aldeia não tem raça definida, seja lá o que isso queira dizer na boca dos Karitiana: as assim chamadas *galinhas-carijós*, em que se ressalta a variedade da coloração da plumagem. Esta criação não vingou: tal como relembram alguns Karitiana, tão logo os técnicos do PLANAFLORO deixaram a aldeia, as galinhas confinadas começaram a se matar. Delgado contou-me, não sem algum horror, que as galinhas “comeram a bunda umas das outras, arrancaram as tripas para fora” – sem que ele possa explicar as razões – “e aí todas morreram, e o projeto acabou”. E adiciona:

“O galinheiro da aldeia não deu certo porque o pessoal não tinha técnica para cuidar, e nem ração, e nem apareceu técnico para ensinar a criação” (Delgado, aldeia Kyõwã, entrevista em setembro/2006).

---

6 Em visita à mesma aldeia em 2001 Adilson Siqueira de Andrade (2001, p. 73, meu grifo) já relatava ter encontrado “dois grandes galinheiros **abandonados**”. Hoje a estrutura foi completamente removida para a expansão do posto de saúde da aldeia.

7 O Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO) foi um programa federal (encerrado oficialmente 2002), financiado com empréstimo internacional do Banco Mundial, cujo objetivo era promover o desenvolvimento sustentável do Estado de Rondônia, a partir do equilíbrio entre diversas atividades produtivas (sobretudo agricultura, pecuária e extrativismo vegetal), conservação ambiental e proteção social (PEDLOWSKI, DALE & MATRICARDI, 1999; WATANABE & SANTIAGO DE ABREU, 2010, pp. 16-17). Vários documentos do PLANAFLORO (disponíveis em <http://pesquisa.rondonia.ro.gov.br/index3.html>) mencionam a introdução da criação de pequenos animais em áreas indígenas como uma das principais alternativas de diversificação produtiva e de sustentação alimentar. Os documentos que se referem à T. I. Karitiana foram expedidos entre 1994 e 1999.

Nisso contradizendo duplamente o funcionário da FUNAI à época responsável pelo posto indígena: quanto ao treinamento técnico, e quanto ao destino das aves, posto que este defende que o projeto falhou porque os Karitiana comeram todas as galinhas, ao passo que os índios argumentam que as aves se mataram. Outra versão, que ouvi de um servidor antigo da FUNAI em Porto Velho, corrobora o fracasso, atribuindo-o aos Karitiana, e não às galinhas:

“Nenhum projeto de criação nos Karitiana deu certo. Deram 2.000 galinhas para criar em galinheiro, os índios concordaram; depois que o galinheiro foi instalado na aldeia, avisaram os índios eles teriam que plantar milho só para alimentar as galinhas. Os índios ficaram indignados, porque ninguém avisou disso. Daí que eles comeram todas as galinhas” (D.L., entrevista, Porto Velho, novembro/2006).

Sobre a falta de assistência técnica necessária como responsável pela falha gritante do projeto de criação de galinhas em Kyõwã, comenta Antenor Karitiana (citado em SIQUEIRA DE ANDRADE, 2001, p. 74):

“Porque quem construiu tudo foi a comunidade (...) e as galinhas eles trouxeram quando a casa já estava quase caindo, a casa terminou há muito tempo e entregaram, porque quem fez esse projeto fui eu, junto com a comunidade aqui, o projeto incluía técnico pra acompanhamento, caixa d’água e vários tipos de coisas, inclusive ração pra dois anos(...) jogaram as galinhas aqui e nunca veio técnico pra ensinar os índios. Eles falavam que índio não sabe criar galinha, e índio não sabe mesmo. Por isso, que a gente fez o projeto, se a comunidade soubesse, não precisava fazer o projeto”.

Uma antiga funcionária da FUNAI corrobora o destino alimentar dado pelos Karitiana às galinhas confinadas: ela informou-me que as verbas do PLANAFLORO foram, de fato, investidas no projeto de criação de galinhas; o galinheiro foi instalado, mas em uma semana os índios teriam comido as 800 galinhas lá disponibilizadas!

A versão Karitiana para o desaparecimento das galinhas brancas e o fracasso de sua criação em confinamento aponta para o comportamento anômalo daquelas aves. Os poucos comentários que recolhi sobre a experiência parecem sugerir um grande distanciamento das pessoas da aldeia em relação ao novo galinheiro, desinteresse que culminou na ruína do empreendimento. Estas explicações divergentes para um mesmo acontecimento podem indicar, conforme Mario Blaser (2009), que estamos diante de uma complexa negociação em que distintas ontologias (ou distintos mundos) estão em jogo. Aqui, se os servidores da Funai pareciam ver negligência e incapacidade técnica da parte dos índios (culpando, desta forma, os agentes humanos do processo), os Karitiana focavam sua atenção na agentividade das galinhas, na estranheza de seus corpos brancos e de sua situação anômala de confinamento; sem, claro, deixarem de criticar a negligência, desta vez dos técnicos não índios responsáveis. Dissensos como estes parecem estar na raiz das falhas de muitos projetos – não só de manejo e conservação de fauna silvestre (sustentabilidade), como sugere Blaser (2009), mas também de criação animal – envolvendo a introdução da (ou estímulo à)

criação de animais entre povos indígenas, tal como abundantemente descrito na literatura.

Penso, ainda, que a sugestão de um modelo comunitário de criação de animais também foi determinante para a extinção do projeto: os Karitiana – assim como outros grupos indígenas (FERNANDES, 1993, p. 99-103) – não parecem muito inclinados a encampar modelos comunitários de produção: não tenho notícia de outras experiências semelhantes envolvendo animais, mas pude acompanhar inúmeras vezes as dificuldades de servidores e técnicos da FUNAI e de outros órgãos em estabelecer e manter roçados e outras atividades comunitárias, pois a família (ou a casa) é a unidade de produção agrícola (e também parece sê-lo nas relações com os animais de criação). Ademais, mesmo que, ao fim e ao cabo, os Karitiana tenham comido aquelas galinhas, isso apenas evidencia seu distanciamento em relação àquelas estranhas aves, que jamais consideraram suas próprias, seus animais de criação: diferentes demais – brancas e confinadas – daquelas criadas junto às residências, as *galinhas carijó*, seu destino não poderia ser a familiarização, dependente da convivência. Recusando-se a alimentá-las e acabando por devorá-las, os Karitiana iluminariam outro limite dos projetos de criação animal entre eles: não se cuida daquilo que não se reconhece, não se zela por aquilo que não se considera como seu.

Se as diferentes explicações para o destino das galinhas apontam para as dificuldades no encontro entre lógicas produtivas e afetivas distintas, cumpre assinalar que a explicação Karitiana para o acontecido parece aproximar-se mais de uma explicação científica do que as razões apontadas pelos funcionários da FUNAI para seu desaparecimento. Não se trata, naturalmente, de querer decidir o que realmente aconteceu ou, menos ainda, de quem está certo ou equivocado nestes eventos singulares. O fato é que os Karitiana parecem ter observado um comportamento registrado em galinhas confinadas submetidas a excessivo estresse: a bicagem e o canibalismo. Aves confinadas em grande densidade em espaços exíguos podem manifestar comportamentos de estresse e agressividade, que por vezes descambam para confrontos violentos e mortes, o que não é comum entre as aves criadas soltas (CHUAHY, 2009, p. 36-37). A disputa por espaço e por acesso a comedouros e bebedouros acirra a estratificação social entre as aves, deixando-as nervosas e podendo conduzir ao canibalismo (CAMPOS, 2000). A bicagem atinge principalmente a região da cloaca, podendo também ocorrer nas pontas das asas e no dorso, e pode conduzir ao canibalismo; tais comportamentos ocorrem em função de deficiências na criação das aves – tais como manejo, alimentação e equipamentos incorretos – levando ao prejuízo do bem-estar das galinhas (ALBINO & BASSI, 2011, p. 22).

Pode-se argumentar, com razoável dose de plausibilidade, que tais aves, trazidas de uma granja e confinadas em condições muito distintas das que encontram nas cidades – premidas pelo calor, pela alta umidade, pela presença de predadores noturnos, pela falta de alimento e de conforto, pela superpopulação de aves em espaço reduzido e pelo desconhecimento generalizado de como gerir adequadamente sua criação por parte dos Karitiana<sup>8</sup> – teriam experimentado

---

8 Obviamente eu não estou defendendo que aos Karitiana deveriam ter sido ensinadas as rotinas de criação industrial de aves, e muito menos que às galinhas de granja cabe o tratamento dado a suas congêneres nas linhas de produção contemporâneas. Apenas sugiro

mesmos níveis altos de estresse, o que as teria levado à agressão mútua (bicagem) e ao canibalismo generalizado. Várias das condições que, de acordo com especialistas, favorecem a emergência do canibalismo – temperaturas excessivamente altas, presença de ectoparasitas, alimentação insuficiente ou inadequada, densidade de alojamento, presença de animais (que assustam as aves) próximos ao galinheiro e mudanças repentinas na forma de manejo (ALBINO & BASSI, 2011, p. 23) – seguramente estiveram presentes no local onde as galinhas foram instaladas na aldeia *Kyõwã*. Note-se que a missionária Emília Altini, que esteve em *Kyõwã* na época e parece ter acompanhado todo o processo, sustenta a afirmação dos Karitiana (ao menos em parte, pois ela afirma que os Karitiana comeram as aves que “conseguiram sobreviver”) de que as galinhas se matavam e que tinham fome:

“A FUNAI mandou junto do projeto dizendo à comunidade que tinha a ração, e não veio ração, eles não tinham nem o milho plantado que eles tinham costume (...) Então as galinhas morriam a cada dia de fome; muitas se matavam, porque começou a sangrar e muitas delas, umas comiam as outras, virou assim uma piada dentro da comunidade” (Emília Altini, citada em SIQUEIRA DE ANDRADE, 2001, p. 74).

Conforme Campos (2000), todo o desafio da criação de galinhas em confinamento esteve centrado em procurar:

“as condições ideais de adaptação, porque não dizer “sociais”, capazes de proporcionar o melhor desempenho das aves. Entretanto, o grande problema [foi] associar o comportamento das aves, com as necessidades de bem estar e o desempenho econômico. Assim, o meio onde as aves estão alojadas constitui fator essencial para as necessidades de bem estar e a satisfação de desempenho”.

Atente-se ainda para o fato de que as aves não foram debicadas, prática cruel que, nas granjas industriais modernas, destina-se a evitar que as aves biquem umas às outras e acabem por se extinguirem (BASSI & ALBINO, 2005; ÁVILA, 2008; sobre a debicagem como crueldade ver SINGER, 2004; REGAN, 2006; FOER, 2011). Pode-se supor, com razoável chance de acerto, que a debicagem nem tenha ocorrido aos servidores e técnicos engajados no projeto, dadas as associações industriais deste procedimento. Interessante notar que a bicagem e o canibalismo afetam, mormente, de acordo com publicação especializada,

“pequenos núcleos de produção de galinhas de postura, onde ainda há certa deficiência de assistência técnica na cria, recria e produção de galinhas” (ALBINO & BASSI, 2011, p. 22).

---

que os Karitiana nada sabiam da criação de animais confinados e nunca foram, segundo eles, instruídos a respeito pelos técnicos responsáveis pelo projeto (por exemplo, da necessidade de alimentar os pássaros adultos, o que é estranho à lógica da relação entre os Karitiana e os animais de criação adultos. Ver, a respeito, VANDER VELDEN, 2012a).

O que parece ter sido precisamente o caso do galinheiro instalado pelo PLANAFLORO na aldeia *Kyõwã*; e o que vem confirmar a reclamação dos índios de que não lhes foi oferecido um mínimo treinamento técnico em avicultura, se é que disso mesmo se tratava.

Muito diversa é a explicação dos técnicos e proponentes do projeto, que argumentam que os índios devoraram rapidamente todas as aves. Não deixa de ser possível, como disse anteriormente, que as tais 800 ou 2.000 aves tenham sido comidas em poucos dias por uma população de cerca de 200 pessoas<sup>9</sup>, ainda mais tendo em vista que os Karitiana, além de notáveis apreciadores de carne, há tempos reclamam da rarefação da caça nos arredores de *Kyõwã* (VANDER VELDEN, 2012a). Contudo, a estranheza diante destas aves tão diferentes – brancas, grandes e confinadas – das galinhas que criam em seus terreiros leva a supor que os Karitiana não teriam manifestado desejo em servir-se delas, e esse estranhamento parece reconhecido abertamente pelos índios, que equacionam suas galinhas carijó aos nambus caçados na floresta (e, portanto, carne por excelência, já que a mesma palavra para carne, *himo*, designa também os animais caçados, as presas). Além disso, comportamentos anômalos das aves confinadas podem ter sido tomados como índices do que os Karitiana denominam de “doido” ou “cabeça doida” (*osikirip* ou *popopo*), e que são atribuídas a seres (humanos e não humanos) cujas atitudes manifestam (condição) ou podem manifestar (estado de) agressividade, desregramento ou ausência de consciência (VIANNA, CEDARO & OTT, 2012; I. ARAÚJO, 2012). Curiosamente, esta atenção dos Karitiana ao comportamento das aves, parece atentar, aparentemente, à excêntrica situação do confinamento, que fere gravemente, segundo Annie Potts (2012, p. 58), “the very real emotional lives of chickens”. Galinhas, com efeito, são animais inteligentes e muito sociáveis, e as aves que vivem soltas socializam abundantemente com suas congêneres, criando relações sociais estruturadas e “amizades” (*friendships*) com outras aves (POTTS, 2012, p. 56-58). Desnecessário dizer, neste caso, que o cativo, ainda mais em condições precárias, significa tão somente tristeza e sofrimento.

Por fim, a observação de que não foram instruídos em como criar as aves e de que sequer teriam sido informados de que precisariam partilhar de seu alimento com os pássaros – o que é ainda mais significativo, uma vez que não há problemas em destinar alimento aos animais de criação, desde que filhotes – aponta, também, para que, efetivamente, não tenham se interessado pela atividade e lá deixaram tudo às condições que, segundo eles, teriam dado cabo à vida do bando. Conforme sublinha Adilson Siqueira de Andrade (2001, p. 74):

“A criação de galinha branca, de granja, era uma experiência que se pretendia realizar, visto que não fazia parte da cultura karitiana, além de não ter sido executado na íntegra, pois faltou o apoio técnico necessário para se introduzir a criação, bem como da ração adequada à alimentação das aves.”

---

9 Estimativa feita a partir dos dados populacionais da então única aldeia Karitiana (*Kyõwã*, também conhecida como *Aldeia Central*) entre 1994 (LÚCIO, 1996) e 1999 (RICARDO, 2001), período em que se documenta o fomento a atividades produtivas na aldeia pelo PLANAFLORO, como visto acima.

O modelo comunitário de produção, além disso, em que pese parecer fadado ao fracasso em contextos em que é alguma forma de família a unidade de produção, continua sendo proposto e incentivado pelos técnicos responsáveis por tais iniciativas. Deste modo, esses profissionais em campo não incorporam a produção antropológica, etnograficamente fundamentada, que aponta para a inadequação comum de projetos assim desenhados em nome das comunidades; e também não atentam para a ampla evidência de que a criação animal não parece ser uma saída viável, em muitos casos, para a solução de problemas econômicos e/ou alimentares nas aldeias indígenas.

Projetos para criação de “pequenos animais” seguem no horizonte das políticas da FUNAI e de outras instituições para a saúde econômica e nutricional dos Karitiana e de outros povos em Rondônia. Quando estava em campo em junho de 2009 um caminhão levou 120 galinhas caipiras para serem distribuídas entre as famílias de *Kyõwã*, e novos carregamentos, somando 2.000 aves, estariam a caminho, a pedido dos índios; cada família receberia entre três e cinco aves<sup>10</sup>. Ainda assim, tal como argumentei longamente em outro trabalho (VANDER VELDEN, 2012a), essas galinhas, apropriadas pelas mulheres das residências Karitiana, dificilmente solucionariam o problema da falta de caça/carne aventado pelos índios: tal como vários outros povos indígenas amazônicos, os Karitiana raramente abatem suas galinhas, deixadas a criarem-se soltas pelos terreiros; “dizem que comem, mas não comem”, parece ser necessário que as aves, para serem comidas, tenham de ser roubadas, trocadas ou compradas. Não se come o animal *de criação* (conforme se designa os seres criados nas aldeias), que é “como filho”, dizem. E, assim, encher as aldeias Karitiana de galinhas criadas soltas também não sugere, necessariamente, a definitiva resolução da alegada carência de carne à mesa.

Pode-se sustentar que as galinhas brancas confinadas do projeto do galinheiro teriam sido veloz e avidamente devoradas porque jamais reconhecidas “como filhas” pelos Karitiana e, desta forma, passíveis de uma apropriação descompromissada de seus corpos. No entanto, creio que, para além da estranheza causada por estas aves anômalas ao universo cotidiano indígena – os Karitiana, ademais, reconhecem que a carne dos animais criados pelos brancos é diferente daquela das presas de caça, mais fraca, “tem remédio, é vacinada” – é plausível supor que a criação em confinamento é, também, bizarra aos olhos Karitiana. Se ela conduz, de certa forma, à familiarização dos animais – impedindo, assim, que eles sejam abatidos e comidos –, fá-lo, entretanto, de forma imperfeita, ao deixá-los à distância, sem o contato diuturno e íntimo que caracteriza a domesticidade ali. A língua Karitiana parece reconhecer esta forma de criação à distância, por assim dizer, e que demanda atenção constante (sobretudo no tocante à necessidade de alimentar animais adultos) no adjetivo *keerep*, como na expressão *opok irip’ by keerep*, boi/vaca (literalmente, “anta dos brancos”) em processo de criação, mas criado de longe, à distância, apartado do convívio cotidiano (e, assim, diferentemente dos animais referidos como *by’edna*, “de criação”, mas tradicionalmente criados na intimidade dos lares e quintais familiares).

---

10 Ainda em 2009 um fazendeiro vizinho da Terra Indígena e, segundo os Karitiana, “amigos dos índios”, teria prometido mais 2.000 aves.

Por esta razão, parece-me certo que os Karitiana reconheciam nas aves a existência de seres animados: eles, afinal, criam galinhas há décadas; parece-me, de acordo com os dados apresentados acima, que também reconheciam ali sujeitos, mas não, certamente, sujeitos de direitos, em sentido estrito. No entanto, penso que o descompromisso dos Karitiana para com aquelas aves específicas deva ser explicado não pela crueldade, mas por três distintas razões: uma de natureza simbólica, uma técnica e outra que parece uma combinação de ambas. Primeiro, porque aquelas galinhas brancas e confinadas não foram reconhecidas como propriamente Karitiana. Segundo, porque os Karitiana careciam das instruções técnicas para a manutenção do galinheiro. E, por fim – associando razão prática e razão simbólica –, aos Karitiana não parecia correto ter de alimentar as tais galinhas confinadas, não só porque não havia consenso sobre qual unidade produtiva familiar deveria fornecer milho ao projeto comunitário, mas também pelo fato de que não se alimenta animais adultos: eles têm que, como dizem os Karitiana, saber “se virar”.

É óbvio que os servidores da FUNAI também reconheciam naquelas galinhas animais vivos, sensíveis e com várias necessidades próprias. Isso não significa, entretanto, imediata empatia para com as aves aparentemente colocadas em condições estressantes e mal estruturadas. Malgrado o fato de que estes técnicos têm, em sua maioria, origem rural, disso não segue que necessariamente tivessem de tecer qualquer tipo de conexão empática com as galinhas: o trabalho com animais, como alguns casos etnográficos bem apontam (STEFANUTO, 2013), pode não levar à direta identificação dos humanos com os não humanos, podendo mesmo conduzir, ao contrário, a uma radicalizada distinção – materializada, no mais das vezes, em ações violentas – entre uns e outros.

Desta interação entre saberes técnicos e afetivos de indígenas e de não indígenas, ali na Terra Indígena Karitiana, parece ter emergido uma espécie de solução de compromisso entre a criação em confinamento e a modalidade indígena de criar solto, próximo e familiarizado. Na nova aldeia de Bom Samaritano, distante cinco quilômetros de *Kyōwã*, seus moradores Karitiana erigiram, bem ao lado de uma residência familiar, uma enorme estrutura de madeira e tela circundando uma área de vegetação baixa, em que as galinhas permanecem livres, ainda que limitadas pelo cercamento (sem cobertura superior). Sistema de criação em semiconfinamento (com uma área coberta e uma área verde denominada “pasto”; CAMPOS, 2000), uma espécie de “curral de galinhas”, um ajuste de percurso em um contexto de formas diversas de conceber a criação animal. O tempo deverá dizer mais dos seus (relativos) sucessos ou fracassos.

Não obstante, o confinamento não parece, definitivamente, enquadrar-se na lógica das relações entre os Karitiana e os animais de criação adultos que habitam suas aldeias, especialmente quando está em jogo a necessidade de alimentar esses seres: em julho de 2015, na minha última estadia em campo, pude ver um galinheiro construído nos limites da aldeia do rio Candeias (*Byyjyty ot'sop aky*). A estrutura – nos moldes do semiconfinamento (parte coberta e parte aberta) – possui uma porta, que permanece escancarada por todo o dia, e nenhuma ave, naturalmente, permanece por lá (possivelmente, suponho, também devido ao intenso calor produzido pelo telhado com cobertura de fibrocimento), e apenas retornam para passarem as noites. Cada criatura que se vire, já vimos. E Meireles

Karitiana, um dos responsáveis pela construção do galinheiro, foi enfático em afirmar que ele mesmo soltara as galinhas, pois não havia milho para alimentá-las (ele fornecia, quando havia sobras de casa, macaxeira batida para as aves). Ele disse que pretendem plantar milho para dar de comer às aves. Mas o fato é que, até aqui, criar confinado, preso, parece seguir sendo impossível do ponto de vista dos Karitiana (LOBO, 2015).

### **Ciência de técnicos**

O caso relatado acima sugere que entre as proposições cientificamente orientadas a respeito da criação animal e a sua realização na prática há um conjunto de “desvios de percurso”, por assim dizer, que não ocorrem apenas em função da recepção culturalmente orientada e da reelaboração criativa por parte das sociedades indígenas atendidas, mas também, e de forma determinante, por conta das adaptações – igualmente criativas – promovidas por técnicos e outros profissionais não índios encarregados de executar ou por para funcionar em campo os projetos e iniciativas. O mesmo pode ser dito das explicações sobre tais desvios – descritos pelos pareceres avaliativos como “fracassos”, ainda que, em muitos casos, pareçam se tratar mais de fracassos relativos (cf. VANDER VELDEN, 2012a) – que são construídas por estes profissionais, e que levam em conta os seus saberes e práticas locais ou consuetudinários ou, melhor dizendo, o encontro entre seus conhecimentos e seu saber fazer e aquele dos índios.

Aqui podemos ver que os técnicos não compreendem as razões apontadas pelos índios para a extinção das galinhas – a agressão mútua e o canibalismo – ainda que tal comportamento de aves confinadas e submetidas a estresse seja registrado em criações industriais e em pequenas criações organizadas em moldes tecnificados, assim como é objeto de estudos na ciência da avicultura. Talvez isso se deva ao fato de que esses profissionais nas pontas estejam familiarizados, tanto quanto os Karitiana, com a criação de galinhas de vida livre, e não com pássaros fechados em uma estrutura desenhada por projeto em certa medida descolado das realidades de aldeia vividas por índios e não índios igualmente, porque gestado longe da realidade dali. Não obstante, conhecem a criação de aves em confinamento, mas parecem não ter estado preparados para todos os desvios possíveis ou plausíveis de tal arranjo sociotécnico em uma aldeia amazônica, e muito menos com o que podemos definir como a resistência ou a rebeldia das galinhas (mais do que a dos índios) em fazer parte do projeto, subvertendo de forma trágica o “trabalho de ordenação” planejado para ter, como resultante final, carne e ovos para alimentar os índios (cf. SILVEIRA, 2012).

Outro detalhe chama a atenção: onde os Karitiana apontam para a agência dos animais – as galinhas se matam, “arrancando suas tripas para fora” (o que, claro, contribui adicionalmente para o estranhamento diante dessas galinhas brancas de granja) – os técnicos observam razões exteriores, como se não pudessem reconhecer, no fracasso das atividades, as ações das aves, culpando ou os índios – incapazes, teoricamente, de criar animais de forma sistemática<sup>11</sup> –, ou

---

11 Por esta expressão entendo a criação de animais em confinamento ou semiconfinamento, controlando-se seus movimentos, sua alimentação e, sobretudo, sua reprodução, com fins de

alguma outra força ou agência exterior<sup>12</sup>. A mesma diferença nas explicações, podemos observar no caso do rebanho de cabras (ou bodes) levado para *Kyõwã* (possivelmente nos anos de 1990), cujo desaparecimento é atribuído pelos Karitiana ao fato de que os animais morreram ao se alimentarem de uma planta venenosa que descobriram pastando pela aldeia, ao passo que é imputado, por parte dos técnicos indigenistas, ao ataque de morcegos ou à ação da própria FUNAI, que teria recolhido os animais dado o desinteresse dos índios, além de sugerirem que os próprios índios deram cabo aos animais “por tiro ou veneno”. Do mesmo desinteresse dos Karitiana, como vimos, acusam os técnicos com respeito ao galinheiro e, desta forma, a agência dos índios também é negada ou obscurecida (ou exagerada, tendo em vista o macabro espetáculo de glotonaria que deve ter sido a quase instantânea devoração de centenas de aves): onde os profissionais não índios veem falta de interesse ou desleixo, os Karitiana observam a ausência de capacitação para enfrentar as novas modalidades de gestão da vida animal em suas aldeias.

De todo modo, os técnicos que trabalham diretamente com os índios parecem ter percebido que a criação de animais de grande porte – bois, cabras, cavalos – e a criação de galinhas confinadas não parecem ser boas opções para os Karitiana. Conforme um engenheiro agrônomo, então (2009) chefe do Setor de Agropecuária da FUNAI de Porto Velho:

“A FUNAI tem projeto só de criação de pequenos animais nos Karitiana. Tem projeto de criação de galinhas caipiras, criadas soltas. Várias já foram doadas, mas falta levar entre 100 e 150 galinhas, dando 3 ou 5 aves para cada família criar. A criação comunitária não dá certo se a comunidade tem outras atividades, a agricultura. O boi não fica preso, e ataca os roçados dos outros. Cabras atacam ainda mais, é pior. Não dá certo, por isso a FUNAI não investe mais nisso” R.M., Porto Velho, entrevista, maio/2009).

Ainda assim, instituições que buscam parcerias com os Karitiana parecem continuar insistindo na pecuária indígena, como demonstra, por exemplo, a promessa de agrônomos da EMATER-Rondônia<sup>13</sup> de doar 10 vacas e um touro reprodutor para os residentes de *Kyõwã* em 2009, atrasada apenas porque um incêndio no mato acidentalmente destruiu as estacas de madeira preparadas para

---

desenvolver características raciais purificadas e explorar seus diversos “produtos” (carne, leite, ovos, penas, trabalho e outros).

12 Não quero dizer com isso que os pesquisadores em zootecnia ou veterinária que estudam o comportamento de aves de granja atribuam às aves, necessariamente, agência quando da ocorrência destes comportamentos agressivos ou canibais; primeiro, porque estas são atitudes anormais, resultados de desvios – provocados por alguma forma de excesso ou carência de certos elementos – que obstaculizam a criação; segundo, esses elementos em falta ou em demasia é que conduzem as galinhas ao comportamento anômalo, e não as aves por si mesmas: assim, elas parecem apenas reagir mecanicamente, aos vários desvirtuamentos possíveis na criação em galinheiro.

13 Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, a EMATER é uma associação civil declarada Entidade Filantrópica de utilidade pública e, como tal, administra assistência técnica a produtores rurais a partir de recursos advindos de contratos com setor público (em níveis federal, estadual e municipal) e também com parceiros privados. Está organizada nos diferentes estados da federação (ver <http://www.emater-ro.com.br/emater.php?get=1>, acesso em 02/09/2013).

a construção do cercado, sendo que o arame farpado já fora doado. Projetos de implantação da criação bovina continuam circulando entre os Karitiana e diferentes órgãos indigenistas, mesmo que a lógica indígena de apropriação desta atividade não pareça seguir linearmente as intenções definidas pelos técnicos e profissionais (cf. VANDER VELDEN, 2011). É forçoso reconhecer que os técnicos da EMATER-RO não parecem avaliar com o devido cuidado a ideia de levar bois à aldeia Karitiana, sobretudo tendo em vista o histórico de equívocos na introdução da criação de animais entre eles; estes técnicos estiveram, certamente, orientados por motivações que estão além das conclusões geradas por estudos científicos sobre a pecuária indígena, e o órgão em que trabalham certamente esteve pouco apto às reflexões interculturais necessárias para buscar formas culturalmente sensíveis de conceber e implantar o projeto (cf. SOARES, 2010).

Descompassos entre os projetos tecnocientíficos de criação animal, gestados em laboratórios ou centros de pesquisa e experimentação, e sua efetiva implantação nas comunidades foram muito bem analisados, quanto à piscicultura entre os grupos indígenas no alto rio Negro, por André Martini (2008) e, sobretudo, por Milena Estorniolo (2012). O que ambos os trabalhos mostram não é tanto que os resultados não foram os esperados porque a lógica científica foi subvertida pelas lógicas indígenas, mas que, em campo, uma série de ajustes têm de ser feitos continuamente para que as coisas funcionem, e se elas não funcionam dos modos previstos, isto tem muito a ver com os técnicos responsáveis – índios e não índios. Não é tanto para a ciência dos laboratórios, pois, que devemos olhar para compreender os tortuosos caminhos tomados por várias dessas iniciativas quando realizadas na prática (e para as explicações oferecidas *a posteriori* sobre elas), mas ao conhecimento dos profissionais diretamente engajados na execução dos projetos, que estão, no mais das vezes, tão distantes do laboratório ou da universidade quanto os índios, e como estes, necessariamente, trazem para seu trabalho suas experiências anteriores, muitas vezes ligadas às suas histórias de vida.

É preciso, assim, atentar para o conhecimento do homem comum, à ciência no campo, ciência em ação, “ciência do concreto”. Neste caso específico, será preciso etnografar o funcionamento da FUNAI e de outras instituições para além dos documentos – ainda que estes possam ser tomados como a materialização das ações e intenções de atores, destes

“especialistas e detentores de saberes práticos, como é o caso do sertanista, do técnico indigenista, do assessor, de delegados regionais e chefes de Parques e Ajudâncias” (PACHECO DE OLIVEIRA & BERNO DE ALMEIDA, 1989, p. 25, grifo no original)

– e perseguir em campo, etnograficamente, os técnicos e seus conhecimentos, pois o que chamei de “desvios de percurso” não se dão só pela inflexão da ciência oficial pelos saberes indígenas, mas por uma série de ajustes feitos já pelos profissionais envolvidos com os projetos e as ações indigenistas. Neste sentido, naturalmente, tais inflexões não podem ser tomadas exatamente como desvios, posto que, da perspectiva de atores específicos, trata-se de modos culturalmente singulares de saber-fazer (VIANNA, 2010).

No que tange ao conhecimento sobre os animais e as formas de criá-los e de se relacionar com eles, investigar essa cultura dos técnicos e agentes indigenistas que acaba por refratar projetos concebidos e estruturados em centros de pesquisa, ou que conflitam com eles<sup>14</sup>, implica em estudar as formas como os animais são compreendidos e experimentados e as modalidades de sua gestão praticadas no mundo rural ou em pequenas cidades do interior, de onde provém boa parte desses técnicos e funcionários. Sabemos ainda muito pouco sobre a criação animal em pequena escala no Brasil, e do conjunto de técnicas e afetos que conectam humanos e não humanos no mundo rural brasileiro (BRANDÃO, 1990 e 1999; HOEFLE, 1990; DANTAS, 2008; FROEHLICH, 2012), e não é fortuito que um manual dedicado à instrução didática para a criação de galinhas caipiras possa afirmar que “a avicultura de pequena escala possui poucas informações técnicas para orientar, adequadamente, os avicultores” (MORAIS E SILVA, 2010), reconhecendo o quão pouco se conhece da criação de aves em ambiente aberto no país. No caso dos Karitiana, sua relação com as galinhas espelha, naturalmente, o tratamento que as viram receber na posse dos seringueiros que as cederam, e que se relacionam com estes pássaros de forma própria: são criadas – no caso acreano – em terreiro ao redor das casas, dentro das quais circulam livremente e

“Galinhas e patos são preparados apenas quando está muito difícil encontrar outro tipo de alimento na mata, ou então quando há visita na casa. Criações como essas constituem uma reserva para momentos de maior necessidade. Discute-se se aquele é mesmo o momento adequado, e a escolha do animal é criteriosa. Cada galinha, cada pintinho, tem seu dono (...)” (ARAÚJO et al, 2002, p. 360).

Não quero, com tudo isso, negar que estes servidores e técnicos não se apropriem dos produtos, técnicas e discursos da ciência moderna, hegemônica ou oficial nos seus afazeres; muito ao contrário, pois eles fazem isso todo o tempo, inclusive usando-a como forma de legitimar suas práticas (cf. SCHIOCCHET, 2010). Não obstante, não parecem estar o tempo todo guiados por protocolos estritos de pesquisa e desenvolvimento científicos, e muito de sua prática decorre não de instruções técnica e cientificamente avalizadas, mas de um saber fazer que aprenderam e aprendem em ação.

Desta forma, sugiro que ampliemos a noção de *interculturalidade* nas relações interculturais (LITTLE, 2010), de modo a relativizar, por assim dizer, a noção de ciência aí em operação. Múltiplas lógicas locais refratam saberes globais (e globalizantes), e é preciso olhar para o encontro entre a ciência da agropecuária e as práticas de conhecimento popular com respeito aos animais, o que podem ser duas coisas muito distintas (conforme PORCHER, 2011).

---

14 Ver, por exemplo, Sá (2010, p. 178) notando o “flagrante contraste entre os dois pontos de vista” – o de uma bióloga e o de um fazendeiro local – a respeito dos muriquis, no seu estudo com pesquisas em primatologia no leste de Minas Gerais. Ou Pavão (2015, pp. 93-94), mostrando que, no centro de equoterapia que etnografou no interior paulista, os auxiliares-guia (elemento fundamental na prática terapêutica, embora sejam os funcionários de menor nível de instrução) discordavam frequentemente dos terapeutas a respeito do conhecimento sobre os cavalos, taxando-os de “bobagens” e fazendo as coisas muitas vezes a seu modo. Se a etnografia se concentrar apenas nos saberes institucionalizados, perde-se muito da dinâmica atual de negociações e práticas que afetam os animais.

Etnografar a interculturalidade significa tomarmos não apenas os efeitos do encontro entre lógicas indígenas e científicas *strictu sensu*, reconhecendo que, nos processos sociais interculturais, saberes de outras naturezas estão sempre presentes – por meio, claro, dos *atores em ação* –, na forma, por exemplo, disso que muito se fala mas ainda pouco se conhece, do ponto de vista etnográfico e antropológico: o conhecimento dito popular, o saber daqueles que José de Souza Martins (2008) chamou de “homens simples”.

### Referências bibliográficas

- ALBERT, B. 2001. Associações indígenas e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira. In: RICARDO, C.A. (ed.). *Povos indígenas no Brasil – 1996/2000*. São Paulo: Instituto Socioambiental, pp. 197-207.
- ALBINO, J. & BASSI, L. 2011. Bicagem e canibalismo em frangas e galinhas de postura. *A Lavoura*, Rio de Janeiro, EMBRAPA, ano 114, número 685, pp. 22-23, agosto/2011.
- ANDERSON, Patricia. 2003. A Bird in the House: An Anthropological Perspective on Companion Parrots. *Society & Animals*, Ann Arbor, MI, Animals & Society Institute, v.11, n. 4, pp. 394- 412, out-dez.
- ARAÚJO, G.; MENDES, M.; FRANCO, M.P.; COFFACI DE LIMA, E.; CARNEIRO DA CUNHA, M.; ARAÚJO, M. & WOLFF, C.. 2002. Cozinhar e comer. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. & BARBOSA DE ALMEIDA, M.W. (orgs.), *Enciclopédia da Floresta. O alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 359-379.
- ARAÚJO, A. L. & VERDUM, R. (orgs.). 2010. *Experiências de assistência técnica e extensão rural junto aos povos indígenas: o desafio da interculturalidade*. Brasília: NEAD/SAF.
- ARAÚJO, Í. M. 2012. *Osikirip: explorações Karitiana em torno do 'louco', do 'especial'*. Trabalho apresentado na 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, São Paulo/SP, julho de 2012 (inédito).
- ÁVILA, V.S. de. 2008. *Alternativas e consequências da debicagem em galinhas reprodutoras e poedeiras comerciais*. Concórdia: Embrapa Suínos e Aves (Documentos. 128).
- BAKSH, M. 1995. Changes in Machiguenga quality of life. In: L. Sponsel (ed.), *Indigenous peoples and the future of Amazonia: an ecological anthropology of an endangered world*. Tucson: University of Arizona Press, pp. 187-205.
- BASSI, L. & ALBINO, J. 2005. Debicagem em galinhas de postura. *Instruções técnicas para o avicultor: área de comunicação e negócios*, n. 27. Concórdia: Embrapa Suínos e Aves.
- BLASER, M. 2009. La ontología política de un programa de caza sustentable. *World Anthropologies Network (WAN)/Red de Antropologías del Mundo (RAM) electronic journal*, n. 4, pp. 81-107.
- BRANDÃO, C. R. 1990. Bichos, brancos e negros em Pirenópolis. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 33, pp. 75-108.
- \_\_\_\_\_. 1999. *O afeto da terra*. Campinas: Editora da Unicamp.
- CAMPOS, E. J.. 2000. O comportamento das aves. *Revista Brasileira de Ciência Avícola*, volume 2 (2), disponível online em

- [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-635X2000000200001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-635X2000000200001&script=sci_arttext) (acesso em 10/08/2013).
- CHUAHY, R. 2009. *Manifesto pelos direitos dos animais*. Rio de Janeiro: Record.
- COLLIER, S. & ONG, A. (orgs.). 2010. *Global assemblages: technology, politics, and ethics as anthropological perspectives*. Oxford: Blackwell Publishing
- CORMIER, L. 2003. *Kinship with monkeys: the Guajá foragers of eastern Amazonia*. New York: Columbia University Press.
- DANTAS, M. I. 2008. *O sabor do sangue: uma análise sociocultural do chouriço sertanejo*. Natal. Tese de doutorado. UFRN.
- DESCOLA, P. 1982. Territorial adjustments among the Achuar of Ecuador. *Social Science Information*, Paris, Maison des Sciences de L'Homme, 21 (2), pp. 301-320, março/1982.
- \_\_\_\_\_. 2005. Ecology as cosmological analysis. In: A. Surralés & P.G. Hierro (eds.), *The land within: indigenous territory and the perception of environment*. Copenhagen: IWGIA, pp. 22-35.
- ELLEN, R. 1999 Categories of animality and canine abuse: exploring contradictions in Nuaulu social relationships with dogs, *Anthropos*, Sankt Augustin, Anthropos Institute, 94, pp. 57-68.
- ERIKSON, P. 1998. Du pécarí au manioc ou du riz sans porc? Réflexions sur l'introduction de la riziculture et de l'élevage chez les Chacobo (Amazonie bolivienne). *Techniques et Culture*, Paris, Maison des Sciences de L'Homme, 31-32, pp. 363-378.
- ESTORNILO, M. 2012. *Laboratórios na floresta: os Baniwa, os peixes e a piscicultura no alto rio Negro*. São Paulo. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo.
- FERNANDES, J. 1993. *Índio: esse nosso desconhecido*. Cuiabá: Editora Universitária da UFMT.
- FOER, J. S. 2011. *Comer animais*. Rio de Janeiro: Rocco.
- FROELICH, G. 2012. *'Do porco não sobra nem o grito!' Classificação e práticas, saberes e sabores no abate doméstico de porcos*. Santa Maria. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Maria.
- GEERTZ, C. 2001. O senso comum como um sistema cultural. In: GEERTZ, C. *O saber local*. Petrópolis: Vozes, pp. 111-141.
- GÓMEZ, M. del R. 2010. *¿Criando mariposas o enfermedades? Proyectos de conservación y desarrollo com comunidades indígenas em la Amazonía colombiana*. Bogotá: Uniandes.
- GUERRA, E. 2008. *Organização política e segurança alimentar na sociedade Krahô*. Uberlândia: Edufu.
- HOEFLE, S. 1990. O sertanejo e os bichos-cognição ambiental na zona semi-árida nordestina. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 33, pp. 47-74.
- INGLEZ DE SOUZA, C.; LIMA, A.C.S.; RIBEIRO DE ALMEIDA, F.V. & WENTZEL, S. (orgs.). 2007. *Povos Indígenas: projetos e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- KIRKSEY, S. E. & HELMREICH, S. 2010. "The emergence of Multispecies Ethnography". *Cultural Anthropology*, Davis, CA, Society for Cultural Anthropology, vol. 25 (4), pp. 545-576, novembro/2010.
- LÉVI-STRAUSS, C. 1997[1962]. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus.

- LITTLE, P. 2002. Etnoecologia e direitos dos povos: elementos de uma nova ação indigenista. In: SOUZA LIMA, A.C. & BARROSO-HOFFMANN, M. (orgs.), *Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED.
- \_\_\_\_\_. 2010. Prólogo: Os conhecimentos tradicionais no marco da interculturalidade; Os desafios da interculturalidade: povos indígenas e subprojetos de desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira. In: LITTLE, P. (org.). *Conhecimentos tradicionais para o século XXI: etnografias da interculturalidade*. São Paulo: Annablume/IEB, pp. 9-31 e 251-279.
- LOBO, Rodrigo Gomes. 2015. *Naturezas esfumaçadas: os Tembé e o mercado de crédito de carbono*. Tese de doutorado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo.
- LÚCIO, C. F. 1996. *Sobre algumas formas de classificação social: etnografia sobre os Karitiana de Rondônia (Tupi-Arikém)*. Campinas. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Universidade Estadual de Campinas.
- MACDONALD, T. 1997. *De cazadores a ganaderos*. Quito: Abya-Yala.
- MARTINI, A. L. 2008. *Filhos do homem: a introdução da piscicultura entre populações indígenas no povoado de Iauarete, rio Uaupés*. Campinas. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Universidade Estadual de Campinas.
- MARTINS, J. de S. 2008. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Contexto.
- MELATTI, J. C. 1967. *Índios e criadores: a situação dos Krahó na área pastoral do Tocantins*. Rio de Janeiro. Monografia do I.C.S., vol. 3. I.C.S/UFRJ.
- MORAIS E SILVA, R. D. 2010. *Sistema caipira de criação de galinhas*. Viçosa: Editora Aprenda Fácil.
- PACHECO DE OLIVEIRA, J. & BERNO DE ALMEIDA, A. W. 1989. Demarcação e reafirmação étnica: um ensaio sobre a FUNAI. In: PACHECO DE OLIVEIRA, J. (org.), *Os poderes e as terras dos índios*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, pp. 13-75 (Comunicação do PPGAS/MN, nº. 14).
- PAVÃO, L. C. 2015. *'O que é que cavalo sabe': Um estudo antropológico sobre o vínculo humano-animal na equoterapia*. São Carlos. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- PEDLOWSKI, M.; DALE, V. & MATRICARDI, E.. 1999. A criação de áreas protegidas e os limites da conservação ambiental em Rondônia. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, PROCAM-USP, 5, pp. 93-107, jul. dez.
- PORCHER, J. 2011. *Vivre avec les animaux: une utopie pour le XXI<sup>e</sup> siècle*. Paris: La Découverte.
- POTTS, A. 2012. The joy of chickens. In: DeMELLO, Margo (ed.), *Animals and society: an introduction to human-animal studies*. New York: Columbia University Press, pp. 56-59.
- QUEIXALÓS, F. 1993. Les mythes et les mots de l'identité Sikuni. In: Becquelin, A. & Molinié, A. (eds.). *Mémoire de la tradition*. Nanterre: Société d'Ethnologie.
- REGAN, T. 2006. *Jaulas vazias: encarando o desafio dos direitos animais*. São Paulo: Lugano.
- RICARDO, C. A. (ed.). 2001. *Povos indígenas no Brasil – 1996/2000*. São Paulo: Instituto Socioambiental.

- RUDEL, T.; BATES, D. & MACHINGUIASHI, R. 2002. "Ecologically noble amerindians: cattle ranching and cash cropping among Shuar and colonists in Ecuador". *Latin American Research Review*, Pittsburgh, Latin American Studies Association, 37 (1), pp. 144-159, jan. abril.
- SÁ, G. J. da S. 2010. Abraços de mono: Elos perdidos e encontros intersubjetivos em etnografia com primatólogos no Brasil. *Mana*, Rio de Janeiro, MN/UFRJ, 16(1), pp. 179-211, abril.
- SCHIOCCHET, L. 2010. Deus traz pelo mar: conhecimento e conflito socioambiental no espaço caiçara da pesca marítima do sul do Brasil. In: LITTLE, P. (org.). *Conhecimentos tradicionais para o século XXI: etnografias da interculturalidade*. São Paulo: Annablume/IEB, pp. 75-108.
- SCHRÖDER, P. 2003. *Economia indígena: situação atual e problemas relacionados a projetos indígenas de comercialização na Amazônia Legal*. Recife: Editora Universitária da UFPE.
- SILVEIRA, D. S. da. 2012. *Redes sociotécnicas na Amazônia: tradução de saberes no campo da biodiversidade*. Rio de Janeiro: Multifoco.
- SINGER, P. 2004. *Libertação animal*. Porto Alegre/São Paulo: Lugano.
- SIQUEIRA DE ANDRADE, A. 2001. *ONGs e desenvolvimento regional em Rondônia*. Recife. Dissertação de mestrado em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco.
- SMITH, P. & DANIEL, C. 1975. *The chicken book*. Athens: University of Georgia Press.
- SOARES, M. de A. 2010. É possível construir uma Ater indígena diferenciada? – O caso dos Guarani no Estado do Rio Grande do Sul. In: ARAÚJO, A.L. & VERDUM, R. (orgs.). *Experiências de assistência técnica e extensão rural junto aos povos indígenas: o desafio da interculturalidade*. Brasília: NEAD/SAF, pp. 272-292.
- SOUZA LIMA, A. C. de. 1995. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_. 2009. *As órbitas do sítio: subsídios para o estudo da política indigenista no Brasil, 1910-1967*. Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED.
- STEFANUTO, M. R. 2013. 'São eles que fazem isso comigo': um estudo antropológico sobre trabalhadores e animais em um frigorífico no interior do estado de São Paulo. São Carlos. Relatório final de pesquisa de Iniciação Científica. Universidade Federal de São Carlos.
- THOMAZ DE ALMEIDA, R. 2001. *Do desenvolvimento comunitário à mobilização política: o Projeto Kayowa-Ñandeva como experiência antropológica*. Rio de Janeiro: Contra Capa/Laced.
- TURBAY, S. 2002. Aproximaciones a los estudios antropológicos sobre la relación entre el ser humano y los animales. In: ULLOA, A. (ed.). *Rostros culturales de la fauna: las relaciones entre los humanos y los animales en el contexto colombiano*. Bogotá: INAH/Fundación Natura, pp. 87-111.
- VANDER VELDEN, F. 2011. "Inveja do gado: o fazendeiro como figura de poder e desejo entre os Karitiana". *Anuário Antropológico*, Brasília, DAN/UnB, 2010-1, pp. 55-76, julho.
- \_\_\_\_\_. 2012a. *Inquietas companhias: sobre os animais de criação entre os Karitiana*. São Paulo: Alameda Casa Editorial.

- \_\_\_\_\_. 2012b. As galinhas incontáveis: Tupis, europeus e aves domésticas na conquista do Brasil. *Journal de la Société des Américanistes*, Paris: Société des Américanistes, 98(2), pp. 97-140, jul. dez.
- VIANNA, C. M. 2010. *Os enleios da tarrafa: etnografia de uma parceria transnacional entre ONGs através de emaranhados institucionais de combate à pobreza*. São Paulo. Tese de doutorado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo.
- VIANNA, J. J.; CEDARO, J. J. & OTT, A. 2012. Aspectos psicológicos na utilização de bebidas alcoólicas entre os Karitiana. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, Associação Brasileira de Psicologia Social/UFMG, 24(1), pp. 94-103, jan. abril.
- VIERTLER, R. 1990. A vaca louca: tendências do processo de mudança sócio-cultural entre os Bororo-MT. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 33, pp. 19-32.
- WATANABE, M. A. & SANTIAGO DE ABREU, L. 2010. *Estudo agroecológico de agricultores familiares de base ecológica no sudoeste da Amazônia (Ouro Preto do Oeste, Rondônia)*. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente (Documentos, 81).
- ZEUNER, F. 1963. *A history of domesticated animals*. New York: Harper & Row, Publishers.